



XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE  
GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU

Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad

Arequipa – Perú  
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

**POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO PROFESSORES POR MEIO DA  
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)**

**ANTÔNIO DE MACÊDO MOTA JÚNIOR**  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
[antoniomacedojr@gmail.com](mailto:antoniomacedojr@gmail.com)

**PATRÍCIA ALMEIDA MOURA**  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
[patricia\\_mouraa@hotmail.com](mailto:patricia_mouraa@hotmail.com)

**KÁTIA SOANE SANTOS ARAÚJO**  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
[katiasoane@gmail.com](mailto:katiasoane@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo tem como tema as políticas públicas no processo de formação de professores, por meio da educação a distância (EAD). Para desenvolver esse estudo exploratório, utilizamos metodologicamente a pesquisa bibliográfica e documental. No decorrer do texto, procuramos fazer uma reflexão sobre esse processo formativo, por meio das políticas públicas, através do olhar de autores como: Cavalcanti (2012), Souza (2006), Saviani (2009), Gatti (2011), entre outros. A princípio, situamos o leitor sobre o conceito de políticas públicas e seu envolvimento no processo de formação de professores no ensino superior. Em seguida, fazemos uma abordagem sobre o processo de formação de professores, destacando que, somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394/1996, é que se observa um processo de implantação da EAD na educação brasileira, regulamentado pelo Decreto Federal Nº 5.622/2005, que estabeleceu a modalidade nos diferentes níveis educacionais.

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas. Formação Professores. Educação a distância.

## INTRODUÇÃO

O processo educacional é complexo, curvo e repleto de desafios, que nos leva, constantemente, a questionar e refletir sobre as diferentes formas de aprendizagens, construção de saberes e geração de conhecimento. Nesse processo, estão presentes desafios que vão desde as diversas formas e/ou contextos de aprendizagens advindos ou não da vivência do sujeito. A educação em seu sentido macro representa toda transformação que ela proporciona na vida do indivíduo, seja por meio da aprendizagem formal ou informal. Nessa perspectiva, ousamos discutir a formação docente alicerçada nos aspectos que envolvem as relações socioculturais, constituídas a partir de políticas públicas de educação à distância (EAD).

Dessa forma, embasados no pensamento de autores como Boneti (2012, p. 27), procuramos compreender as políticas públicas como “a ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou uma mera regulamentação administrativa”. Ainda para Boneti (2012), a política pública é resultante do jogo de forças e relações de poder entre grupos econômicos e políticos, classes sociais e organizações da sociedade civil, determinantes das atribuições ao Estado, para o direcionamento e/ou redirecionamento de ações de intervenção pública em um contexto social.

As políticas públicas existem para melhorar as condições de vida dos sujeitos, de uma forma que venha transformar e estruturar reflexivamente o cenário político e social dos mesmos. Não podemos falar/pensar sobre afirmação profissional do indivíduo, sem discorrer sobre sua formação e o seu processo de estruturação por meio das políticas públicas. Dominicé (2012) destaca que o termo “formação” nos direciona a uma diversidade de definições, entendimentos e reflexões. Quer dizer que, o processo de formação está relacionado a razões mais amplas e subjetivas e que, enquanto sujeitos críticos e participativos desse processo de constituição, devemos nos fazer ativos cotidianamente.

Nesse sentido, compreender o que são as políticas públicas e seu envolvimento no processo de formação de professores no ensino superior, acaba tornando-se algo necessário para a compreensão do nosso cenário educacional. Assim, para realização desta pesquisa exploratória, utilizamo-nos da pesquisa bibliográfica e documental, realizando uma revisão de literatura na área de políticas públicas, bem como buscando informações em documentos oficiais, que subsidiam e dão suporte ao processo de formação de professores por meio da EAD no Brasil.

## O ENTENDIMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA

Inicialmente, é necessário entender o conceito de Política. O termo é derivado ou originado do adjetivo *pólis* (cidade-estado grega). Essa palavra refere-se ao significado de urbano, civil, público, ou seja, ao que é sociável e social. O termo expandiu-se, muito influenciado pela obra de Aristóteles, intitulada “Política”, considerada como um importante tratado sobre o Estado e as várias formas de Governo; é uma definição do termo, como “arte ou ciência do Governo” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 954).

Noutro momento, o termo passou a ser considerado como ações, referindo-se à esfera da política. Assim, sendo entendido “como a conquista, a manutenção, a defesa, a ampliação, o robustecimento, a derrubada, a destruição do poder estatal, etc” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 955).

Cavalcanti (2012, p. 20-21) destaca que a palavra política pode se referir, compreendendo os fenômenos das ações do Estado, “desde a luta de poder entre partidos políticos até um programa de ação do governo”. Nesse sentido, Bobbio, Matteucci e Pasquino

(1998, p. 955), também compreendiam o conceito de Política, “como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder”.

Portanto, a diversidade conceitual desse termo é bastante vasta, existindo diversas definições e especificidades linguísticas para sua compreensão, que se estende também para o conceito de políticas públicas.

Desse modo, é necessário destacar que as políticas são consideradas como públicas, por envolverem os recursos geridos pelo poder público, mesmo que sejam implementadas por organizações do setor privado ou não governamentais. Em outras palavras, as políticas são públicas, quando efetuadas em nome do povo, decorrentes da atuação de um determinado governo (CAVALCANTI, 2012).

Segundo Cavalcanti (2012, p. 31), uma política pública é “toda e qualquer política concretizada pelo Estado”, que se relaciona, de qualquer forma, com o poder público e seus recursos, pois compreende ações a serem realizadas ou não por determinado governo, independentemente da atuação de determinados grupos da sociedade, como os sindicatos e os movimentos sociais.

Nesse sentido, Souza (2006, p. 24) considera a definição de políticas públicas de Harold Lasswell, como a mais conhecida, sendo entendida como: “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”.

Nos anos 1930, Lasswell (1936) introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública), que conciliou a produção científico-acadêmico com o empirismo dos governos, estabelecendo um diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo (SOUZA, 2006).

Rua (2009) traz um conceito de políticas públicas, baseado nas ideias de David Easton, abordando as *policies* como *outputs*, isto é, resultantes do processamento, pelo sistema político (*politics*), de *inputs* provenientes do ambiente, bem como de frequentes *withinputs* (aquelas demandas procedentes do próprio sistema político).

Para Easton (1965), a política pública (*public policy*) era uma relação entre a formulação, os resultados e o ambiente, ou seja, como um sistema. Logo, as *policies* recebem *inputs* (demandas, ideias e sugestões) dos partidos, da mídia e de grupos de interesse, que influenciam os *outputs* (resultados e efeitos) (Souza, 2006).

Nesse contexto, a política pública abrange mais do que uma decisão e exige ações estratégicas escolhidas para execução das decisões que foram tomadas. Entretanto, a decisão política corresponde a uma escolha dentre inúmeras possibilidades, envolvendo prioridades e preferências dos atores políticos envolvidos. Portanto, apesar da política pública implicar em uma decisão política, nem sempre essa decisão constitui-se em uma política pública (RUA, 2009).

Em outra perspectiva, a figura do Estado é também importante para o entendimento das políticas públicas. Segundo, Serafim e Dias (2012, p. 124), “a forma com que se entende uma política pública está diretamente relacionada com a percepção que se tem do Estado”, ou seja, a política pública é, frequentemente, compreendida como um conjunto de ações pelas quais o Estado acaba por interferir na realidade; visando, geralmente, resolver algum problema.

Por outro lado, as políticas públicas também podem ser entendidas como o processo de “não-ação” ou “não decisão”. Nesse sentido, Michel (2002) aborda as políticas públicas, definindo como as atividades simbólicas (decisões de não agir) ou materiais (ações concretas), conduzidas por autoridades públicas (CAVALCANTI, 2012, 2006).

Esse processo de “não decisão”, não significa ausência de decisão sobre um item específico da agenda política, mas, sim, resultado de um travamento do processo decisório, presente no fluxo do sistema político, que pode ser ocasionado por variados motivos. Sendo

assim, temas específicos e contrários a valores da sociedade ou que ameaçam fortes interesses, acabam por enfrentar diversas barreiras para se transformarem em um problema político, possível de inclusão na agenda do governo (RUA, 2009).

Em síntese, baseado em diversas definições, Cavalcanti (2012, p. 41) descreve a política pública, como sendo “um curso de inação ou ação, escolhido por autoridades públicas para focalizar um problema que é expresso no corpo das leis, regulamentos, decisões e ações de governo”.

## **COMPREENDENDO O PROCESSO CONTÍNUO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Agora vamos fazer nossa breve viagem ao túnel do tempo, observando de forma objetiva e pontual o processo de formação e a construção do educador, por meio da estruturação de políticas públicas que vieram subsidiar essa construção. Dessa forma, descrevemos a evolução desse caminhar formativo do educador, além de destacar e enfatizar alguns fatos que foram cruciais para nossa compreensão do processo de formação docente, verificando quais avanços aconteceram no cenário educacional.

Vale salientar que, nessa produção, não temos interesse em fazer um estudo aprofundado sobre o processo histórico; mas, sim, situar a formação do professor e compreender a estruturação das políticas públicas em torno do processo formativo dos professores, com ênfase na EAD.

Segundo Nóvoa (1992), o processo histórico de formação do professor serve de base à compreensão dos problemas atuais da profissão docente, proporcionando ao educador a oportunidade de reflexão. Portanto, torna-se essencial fazermos essa reflexão para que, assim, possamos compreender historicamente e tentar achar caminhos que nos orientem diante de tantos desafios vivenciados nos dias atuais.

Nesse panorama, vamos voltar ao início de todo processo educacional e/ou formativo do Brasil no período colonial, para entendermos como se dava a constituição do ser educador naquele contexto. Paiva (2010) destaca que o modelo de ensino “*Ratio Studiorum*” era um modelo de ensino voltado para Deus, com compreensão própria de uma sociedade teocêntrica, que visava à formação de homens os mais iguais possíveis. Os primeiros docentes surgem de uma formação totalmente precária, tradicional e extremamente religiosa, contrariando a tudo que atualmente se debate em torno do fazer docente.

Villela (2010) descreve que ao final de três séculos da educação começaram surgir algumas transformações, entre elas a expulsão da Companhia de Jesus, iniciou um processo de laicização do ensino, no qual surgem os professores régios (pessoas nomeadas para ensinar de acordo com o Alvará de 28 de junho de 1759).

Em 1827, aparecem os primeiros olhares em torno do processo formativo do professor, no qual, Saviani (2009) frisa que, durante todo o período colonial até 1808, não existia um olhar específico e direcionado para a formação de professores. Somente a partir da publicação da lei das escolas de primeiras letras, é que começam a conjecturar um olhar para o processo formativo do professor. Determinar-se que o ensino, nas escolas de primeiras letras, seja desenvolvido pelo método mútuo, isto é, segundo o artigo 4º dessa lei, os professores deveriam ser treinados nesse método, às próprias custas, nas capitais das respectivas províncias, enfatizando a exigência de preparo didático.

De acordo com Villela (2010), a primeira escola normal surge na década de 30, em Niterói (RJ), sendo ali o início da formação institucionalizada no Brasil. Nos anos de 1860, 1870 e 1880, outras escolas aparecem pelas províncias, porém com um funcionamento instável: ora abertas, ora fechadas.

Assim, o descaso no processo de formação dos professores era perceptível em uma sociedade que sua prioridade não era a educação básica; e o governo deixava visível esse descaso ao oferecer péssimas condições de trabalho e sobrevivência para os docentes da época. Além disso, para se exercer a função de professor não precisava, especificamente, a formação. As seleções e/ou concursos só exigiam a formação elementar (saber ler e escrever), ou seja, não existia nenhum tipo de valorização pelo ser docente nesse período.

Somente em 1968, quando reativa-se a Escola Normal de Niterói (RJ), é que se passa a pensar como ensinar o professor. Começam a se pensar de forma tímida e fechada numa formação continuada para o professor, visando o “saber se portar, saber o que ensinar e como ensinar”, baseado no currículo da Europa e dos Estados Unidos, que enfatizam o ensino intuitivo (VILLELA, 2005, p. 108).

Saviani (2009) discorre que uma nova fase nesse processo do formar docente surgiu com a criação/advento dos institutos de educação, concebidos como espaços de cultivo da educação, encarada não apenas como objeto do ensino, mas também da pesquisa. Por meio do Decreto Federal Nº 3.810, de 19 de março de 1932, transformou-se a Escola Normal em Escola de Professores, cujo currículo tinha um olhar voltado para a formação humana, histórica, política e social do indivíduo com a tentativa de formar professores primários com nível superior no Brasil.

As formações de professores institui-se como elemento essencial para se alcançar objetivos considerados necessários para uma educação de qualidade, uma vez que é através do professor, que acontece o processo de estruturação e mediação do saber. Na vivência, por meio da ação, da reflexão e da prática, é que se torna possível acontecer uma aprendizagem significativa favorecendo para a construção e organização do saber educacional, voltado para ações e transformações positivas em nossa sociedade, favorecendo desta forma, para o processo de crescimento educacional. As transformações, por sua vez, devem estar relacionadas à realidade e necessidade da sociedade. Infelizmente no Brasil, esse cuidado não se fez presente em nosso cenário educacional durante um longo período da história.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 (CF1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/1996, a LDB1996) e com o Decreto Federal Nº 6.755/2009<sup>1</sup>, a educação brasileira consegue iniciar o processo de quebra dessa prática e olhar desrespeitoso e vago, em torno do fazer e da formação docente, no processo de construção de saberes, nos âmbitos inicial e continuado.

Com a CF1988, a educação ganha um capítulo próprio, com conquistas importantes, em prol de uma educação de transformações para seus partícipes, embasado em lutas e reivindicações da classe. E em 1996 ganhamos a atual LDB, fazendo com que os governantes passem a ter um olhar particularizado e significativo sobre a relevância da formação inicial e continuada do educador.

Sendo assim, o professor com nível médio passa a ser de caráter transitório até que todos possam ter curso superior. O artigo 62 da LDB1996 enfatiza a importância da formação docente para atuar na educação básica, por meio das universidades e institutos superiores. Portanto, o governo começa a estruturar políticas que ofereçam a formação inicial e continuada aos professores, dando início a discursos de quebra de paradigmas educacionais tradicionais.

Gatti (2008) destaca a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério de Educação Básica, instituída pelo Decreto Federal Nº 6.755/2009, no qual a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de forma colaborativa com os entes federativos, pensa em programas de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica. Esse Decreto apresentou 12 princípios, dos quais pode ser destacado: a formação docente como compromisso público de Estado.

O processo de normatização e de políticas surge com intuito de estimular e investir na formação docente, tanto a inicial quanto a continuada. Como medida para reparar todo o descaso que a educação, especificamente o professor em seu processo formativo, sofreu durante décadas. Gatti (2008) ainda coloca que as políticas em torno do formativo não nascem do nada, como inspiração ou *insight* momentâneo, por desejo de mudanças e transformações deste ou daquele; é resultante de um processo histórico de construções e desconstruções em busca de melhorias sociais.

Dessa maneira, as leis surgiram como uma estratégia nesse processo de transformação da educação brasileira, para dar suporte por meio da formação e valorização dos profissionais da educação. Desse modo, o *caput* do artigo 80 da LDB1996, determina que o Poder Público deva incentivar “o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”, proporcionando, assim, ao professor a possibilidade de participar desse ciclo formativo mesmo a distância. Já, o artigo 87 (LDB1996), em seu parágrafo 3º, inciso III, determina que cada Estado e Município e, supletivamente, União, deverá “realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância”. A lei aparece para legitimar a necessidade do ciclo formativo na atuação pedagógica do professor (BRASIL, 1996, art. 80 e 87).

Torres *et al* (2010) descreve que os primeiros registros legais sobre a EAD surgiram na década de 1940. Até a primeira metade da década de 1990, a EAD era utilizada, principalmente, para cursos livres por correspondência. A expansão da EAD acontece efetivamente no Brasil, a partir de 1996 quando a modalidade é legitimada para o ensino superior e as universidades começam o processo de expansão com os cursos a distância. Dessa forma, muitas instituições superiores de ensino passaram a ministrar, de forma experimental, disciplinas e cursos de caráter formativo, por meio de especializações e cursos de extensão na modalidade EAD, com base nos artigos 80 e 81 da LDB1996.

Nesse contexto, Freitas (2007) discorre:

a institucionalização da formação superior em programas de educação a distância, na concepção de formação continuada, aliada à utilização de novas tecnologias, é hoje o centro da política de formação em serviço. A criação do Programa Pró-Licenciatura, em 2005, e da Universidade Aberta do Brasil (UAB), pelo Decreto nº 5.800/06, em 2006, institucionaliza os programas de formação de professores a distância como política pública de formação (FREITAS, 2007, p. 1210).

Já, o Decreto Federal Nº 5.622/2005, que normatiza o artigo 80 da LDB1996 traz:

art. 1º [...] caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005, art. 1º).

Assim, esse Decreto procura especificar a modalidade, visto que desde o surgimento da EAD até os dias atuais, são diversos os recursos tecnológicos de informação e comunicação, utilizados como suporte no caminhar pedagógico, que vão desde materiais impressos, a rádio, TV e internet; proporcionando uma flexibilidade temporal e uma fluidez educativa. O Decreto Federal Nº 5.622/2005 surge como suporte para institucionalização da EAD nas universidades e institutos federais. Logo, procura-se garantir que não a isonomia entre processo de formação presencial e a distância garantindo a credibilidade, respeito, qualidade e validade dos cursos na modalidade a distancia.

Nesse sentido, Hetkowski e Lima Jr (2002) discorrem:

avançar com políticas públicas de universalização e democratização da educação concomitantemente a inserção das políticas de inserção das Tecnologias da informação e comunicação nas escolas. [...] Pensar em Educação a Distância como prática estruturante, transformadora e portanto crítica, elemento de um projeto político social e portanto, local/regional/mundial como prioridade e possibilidade social, abrangendo os diversos níveis de ensino, discutindo a questão do financiamento e alocação dos recursos públicos (não só compensatório, sucedâneo do presencial e que permite acesso, economia e rapidez, sob a ótica do mercado) (HETKOWSKI; LIMA JR., 2002, p. 14).

Portanto, Hetkowski e Lima Jr. (2002) nos levam a pensar em EAD, como um processo voltado para construção de olhares reflexivos e críticos, e não como um suporte reparador, compensatório de políticas em torno da formação de professores. A EAD aparece como possibilidade de propagação, difusão e inclusão do processo de formação do professor, seja ela inicial ou continuada.

Pereira (2007) coloca que com o crescente investimento de políticas públicas, em torno da formação de professores no ensino a distância, era destinada a uma pequena parcela da sociedade (elite). Porém, com o incentivo a educação a distância, o processo de aprendizagem vem se expandindo, cada vez mais, em outras camadas sociais. Assim, possibilitando a difusão do saber e a formação docente.

Dessa forma, Gomes (2011) relata:

se adequadamente aplicadas, as políticas públicas voltadas para a EAD vão contribuir, por exemplo, para: [...] a qualificação de professores por meio de programas de aperfeiçoamento; – a oferta de ensino de qualidade em todos os cantos do país. Exemplos de políticas públicas atuais voltadas para a EAD no Brasil são: – o programa de ampliação da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil; – o Programa de Formação Inicial para Professores do Ensino Fundamental e Médio, o PRÓ-LICENCIATURA, que é um curso do MEC destinado a professores que não possuem a habilitação mínima legalmente exigida, mas encontram-se lecionando no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio; projetos envolvendo a produção de conteúdos educacionais digitais multimídia nas áreas de Matemática, Língua Portuguesa, Física, Química e Biologia do Ensino Médio e incentivando o uso de novas tecnologias nas escolas; o Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB, objetivando expandir a oferta de educação superior a distância [...] (GOMES, 2011, p. 52-53).

As políticas de formação continuada não serão a solução final das diversidades enfrentadas no cenário educacional, mas sim uma opção, uma estratégia, que aparece como apoio. Para Certau (2014), as estratégias como “combinações” sutis, percorrem entre as regras e jogam com todas as possibilidades oferecidas. Essas estratégias surgem como um caminho a ser utilizado no processo de construção e desconstrução do fazer pedagógico

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo floresce, portanto, da necessidade de reconstruir olhares em torno do processo formativo dos educadores. No decorrer da investigação, procuramos explorar alguns anseios e inquietações em torno do processo de estruturação da formação do educador, destacando a importância do processo e do olhar reflexivo, por meio das políticas públicas, que subsidiam tal temática, com destaque para a importância da EAD.

Contudo, é importante destacar que mesmo diante de toda expansão da formação de professores, por meio das políticas públicas de EAD mencionadas, ainda se tem uma grande quantidade de professores carentes de acesso a essas políticas públicas, que possam proporcionar, de maneira igualitária, às diretrizes do ensino de qualidade.

Portanto, é essencial destacar que as políticas públicas de formação professores na modalidade EAD não sejam vistas como uma ferramenta estatal de reparação, mas, sim, como um processo educacional que vem para somar, expandindo-se no processo de construções e desconstruções do fazer pedagógico dos sujeitos, por meio de uma construção reflexiva e crítica.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BAHIA. Ministério Público do Estado da Bahia. *Recomendação Nº 07/2013*, Inquérito Civil Nº 13/2013, SIMP nº 003.0.26453/2013. Salvador, 3 mai. 2013. Disponível em: <[http://www.bahianoticias.com.br/ckfinder/userfiles/files/03052013\\_alfa\\_e\\_beto\\_rescisao\\_m\\_pba.doc](http://www.bahianoticias.com.br/ckfinder/userfiles/files/03052013_alfa_e_beto_rescisao_m_pba.doc)>. Acesso em: 14 mar. 2016.
- BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil – Volume II: Século XIX*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política Volume I*. Tradução de Carmen C. Varriale et al. Coordenação de Tradução de João Ferreira. Revisão Geral de João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11. ed., 1998.
- BONETI, Lindomar W. As políticas públicas no contexto do capitalismo globalizado: da razão moderna à insurgência de processos e agentes sociais novos. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, n. 5, p. 17-28, dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/587/n5Boneti.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 05 out. 1988, Seção 1, p. 1.
- \_\_\_\_\_. Lei Federal Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996, Seção 1, p. 27833.
- \_\_\_\_\_. Decreto Federal Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 dez. 2005, p. 1.
- \_\_\_\_\_. Decreto Federal Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 jan. 2009, p. 1.
- \_\_\_\_\_. Decreto Federal Nº 7.219, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 jun. 2010, p. 4.
- \_\_\_\_\_. Decreto Federal Nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 mai. 2016, p. 5.

- CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CAVALCANTI, Paula Arcoverde. *Análise de políticas públicas: o estudo do Estado em ação*. Salvador: EDUNEB, 2012.
- CERTAU, Michael. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- DEMO, Pedro. Educação científica. *Boletim Técnico do SENAC: a Revista da Educação Profissional*. Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/361/artigo2.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2014.
- EASTON, David. *A framework for political analysis*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.
- FREITAS, Helena C. L. de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1203-1230, out. 2007.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- GATTI, Bernardete Angelina. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- GATTI, Bernardete A.; BARRETTO, Elba S. de Sá. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009
- GATTI, Bernardete Angelina, BARRETTO, Elba Siqueira de Sá e ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília: UNESCO, 2011.
- GOMES, Silvane Guimarães Silva. *Políticas públicas em ead no Brasil*. Aracaju: e-Tec Brasil, 2011. Disponível em: <[http://ftp.comprasnet.se.gov.br/sead/licitacoes/Pregoes2011/PE091/Anexos/Eventos\\_modulo\\_I/topico\\_ead/Aula\\_04.pdf](http://ftp.comprasnet.se.gov.br/sead/licitacoes/Pregoes2011/PE091/Anexos/Eventos_modulo_I/topico_ead/Aula_04.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2016.
- HETKOWSKI, Tânia Maria; LIMA, Maria de Fátima Monte. *Política Educacional, Globalização e Educação a Distância*. Salvador, 2002. Disponível em: <[http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/gptec/arquivos/a\\_tania1.pdf](http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/gptec/arquivos/a_tania1.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2016.
- LASWELL, Harold D. *Politics: who gets what, when, how*. Cleveland: Meridian Books, 1936.
- MICHEL, Edith F. Kauffer. Las políticas públicas: algunos apuntes generales. *Ecofronteras*, [S.l.], p. 2-5, 2002. Disponível em: <<http://revistas.ecosur.mx/ecofronteras/index.php/eco/article/view/465>>. Acesso em: 29 jul. 2016.
- NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: \_\_\_\_\_ (coord.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992, p. 13-33. Disponível em: <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD\\_A\\_Novoa.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2016.

PAIVA, Jose Maria de. Educação jesuítica no Brasil colônia . In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de Educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p.43-60

PEREIRA, José Matias. EAD como forma de inclusão no Brasil. *Portal Educação*. Campo Grande, 1 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/2830/ead-como-forma-de-inclusao-no-brasil>>. Acesso em: 12 set. 2016.

RUA, Maria das Graças. *Políticas públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009. Disponível em: <[http://www.moodle.fmb.unesp.br/file.php?file=%2F175%2Farquivos%2FMaterial\\_de\\_estudo%2FPolíticas\\_Publicas.pdf](http://www.moodle.fmb.unesp.br/file.php?file=%2F175%2Farquivos%2FMaterial_de_estudo%2FPolíticas_Publicas.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2016.

SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 10 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SCHMITTER, Philippe C. Reflexões sobre o conceito de política. *Revista de Direito Público e Ciência Política*. Rio de Janeiro, v. VIII, n. 2, p. 45-60, mai./ago., 1965. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rdpcp/article/download/59651/57996>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito. Análise de política: uma revisão da literatura. *Cadernos de Gestão*, Salvador, V.3, n.1, p.121-134, jan/jun 2012. Disponível em: <[http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/view/213/pdf\\_22](http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/view/213/pdf_22)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

SUBIRATS, Joan. *Análisis de políticas públicas y eficacia de la administración*. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VILLELA, Heloisa de O. S. Do artesanato à profissão: representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil – Volume II: Século XIX*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005, p. 104-115.

\_\_\_\_\_. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de Educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 95-134.

---

<sup>1</sup> Revogado e atualizado pelo Decreto Federal Nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.